



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 17, v. 1

jan.2022-jun.2022

p. 93-117

Pessoas trans e educação: revisão sistematizada da literatura (2014-2018)

*(Trans people and education:
a systematic review of literature (2017-2018))*

*(Personas trans y educación:
Revisión sistemática de literatura (2014-2018))*

Nayara Rios Cunha Salvador¹

Niel Franco²

RESUMO: Seguindo o rastro de outras pesquisas bibliográficas, este estudo apresenta uma revisão sistematizada sobre a relação entre pessoas trans e educação, tendo como recorte o período de 2014 a 2018. A partir de buscas nos sites SciELO, Google Acadêmico e Google, bem como em páginas de eventos sobre gênero e sexualidade, foram encontradas 41 publicações em diferentes formatos – textos em anais de eventos, artigos em periódicos, dissertações e teses. O material foi analisado à luz das teorias pós-críticas e a partir de uma abordagem qualitativa. Como resultado, evidenciou-se um maior número de trabalhos sobre pessoas trans na categoria de artigos e capítulos, a prevalência de pesquisas na região Sul do país e produções em menor número no que se refere à região Centro-Oeste e Norte. Considerando estudos anteriores, constatou-se que houve um aumento de produções em todos os cenários de publicação. Este artigo destaca, ainda, que grande parte dos estudos encontrados teve como foco mulheres transexuais e travestis, sendo reduzido o número de trabalhos sobre homens trans e/ou transmasculinidades.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas trans. Escola. Transfobia. Exclusão.

Abstract: Following the trail of other bibliographic research, this study presents a systematic review of the relationship between trans universe and Education, from 2014 to 2018. Based on searches on SciELO, Google Scholar and Google, as well as on events on gender and sexuality, 41 publications were found in the form of texts in the annals of events, articles in periodicals, dissertations and theses. The material was analyzed in the light of post-critical theories and qualitative approach. As a result, there was a greater number of works in the category of articles and chapters, with a prevalence of research in the southern region of the country and incipient productions with regard to the central-west and north regions. Considering previous studies, there was an increase in production in all publishing scenarios. It should also be noted that most of the studies found focused on transsexual and transvestite women, with a reduced number of studies on trans men and/or transmasculinities.

Keywords: Trans people. School. Transphobia. Exclusion.

¹ Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisadora do Grupo de Pesquisas Corpo, Cultura e Diferença - GPCD/ UFJF . E-mail: nayara616@yahoo.com.br

² Doutor em Educação (UFU), Professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, neilfranco010@hotmail.com



Resumen: Siguiendo el rastro de otras investigaciones bibliográficas, este estudio presenta una revisión sistemática de la relación entre personas trans y la Educación, de 2014 a 2018. Basado en búsquedas en Scielo, Google Académico y Google, así como en eventos sobre género y sexualidad, se encontraron 41 publicaciones en forma de textos en los anales de eventos, artículos en publicaciones periódicas, disertaciones y tesis. El material fue analizado a la luz de las teorías poscríticas y enfoque cualitativo. Como resultado, hubo un mayor número de trabajos en la categoría de artículos y capítulos, con una prevalencia de investigación en la región sur del país y producciones en menor número en las regiones centro-oeste y norte. Considerando estudios previos, hubo un aumento en la producción en todos los escenarios de publicación. La mayoría de los estudios encontrados se centraron en mujeres transexuales y travestis, con número reducido de estudios sobre hombres trans y/o transmasculinidades.

Palabras clave: Personas trans. Escuela. Transfobia. Exclusión.

1 Introdução

As reflexões e pesquisas acerca das vivências trans no espaço escolar têm se intensificado na última década. Diante disso, questões que permeiam o cotidiano escolar de pessoas trans, tais como o nome social e o uso do banheiro, vêm sendo mais detalhadamente problematizadas.

Compreende-se como pessoas trans aquelas que, por meio de suas vivências e expressões de gênero, subvertem, transitam ou rompem com a marca da cisheteronormatividade – dada pela correspondência entre o sexo biológico e o gênero atribuídos ao nascimento –, fragmentando, dessa forma, o binarismo homem-mulher biologicamente sustentado. (BENEDETTI, 2005; FRANCO, 2014; LANZ, 2014).

Diante disso, esta revisão sistematizada de literatura busca descrever e contextualizar questões relacionadas ao tema “Pessoas trans na Educação”. Para tal, foram empreendidas buscas nas bases SciELO, Google Acadêmico e Google, bem como em páginas de eventos sobre gênero e sexualidade, em que são publicados os respectivos anais.

Com relação à metodologia utilizada, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa com base teórica sustentada nas teorias pós-críticas que, segundo Marlucy Paraíso (2004), podem ser entendidas como sistemas abertos que estão em constante movimento e que tomam emprestados conceitos de linhas variadas, criando outros conceitos, que têm por característica fazer substituições, e mudanças de ênfase em relação às pesquisas implementadas pelas teorias críticas.

Foram encontrados 41 trabalhos em um recorte delimitado entre 2014 e 2018. Esses trabalhos foram organizados em três grupos, quais sejam: Grupo 1 – Teses e dissertações; Grupo 2 – Artigos publicados em revistas e periódicos; Grupo 3: Textos completos publicados em anais de eventos. Das 41 publicações, oito são anunciadas como revisões de literatura, conforme mostra o Quadro 1:



Quadro 1 – Total de trabalhos por grupo

Grupo	Grupo 1 Teses e dissertações	Grupo 2 Artigos e capítulos	Grupo 3 Textos completos em anais de eventos	Total
Total	12	17	12	41
Revisão de Literatura	-	07	01	08

Fonte: Elaboração própria (2021)

Partindo dessas informações, iniciamos este texto por meio da análise de tais estudos, no sentido de situar o que já foi produzido sobre o tema e os movimentos realizados pelos(as) pesquisadores(as), enfatizando os novos temas apresentados e as questões que se mantêm como “entraves” às vivências trans. Desse modo, compreendemos a necessidade de organizar um apanhado com os principais estudos e pesquisas acerca de pessoas trans na educação que permita apontar os avanços empreendidos e os temas que ainda carecem de aprofundamento. Para facilitar a compreensão dos trabalhos analisados, o Quadro 2 apresenta um panorama das produções encontradas:

Quadro 2 – Descrição dos artigos publicados em revista/periódicos/acervos digitais

Título dos artigos	Autores(as)	Ano	Local de publicação
1. Professoras transexuais e travestis nos contextos escolar: entre estabelecidos e outsiders.	Marco Torres/ Marco Prado	2014	Belo Horizonte-MG (Sudeste)
2. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010.	Marília Amaral et al.	2014	Florianópolis-SC (Sul)
3. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais.	Rodrigo Silva/ Waldez Bezerra/ Sandra Queiroz	2015	São Paulo (Sudeste)
4. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento.	João Nery/ Icaro Gaspodin	2015	Niterói-RJ (Sudeste)
5. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte.	Neil Franco/ Graça Cicillini	2016	Uberlândia-MG (Sudeste)
6. A importância do uso do nome social no exame nacional do Ensino Médio – ENEM.	Rebeka de França/ Sayonara Nogueira/ Maria Cristina Araújo	2016	Rio Grande do Norte-RN (Nordeste)
7. As/os trans são vistas/os na escola?	Naomi Santana/ Alexandre Polizel/ Eliane Maio	2016	João Pessoa – Paraíba-PB (Nordeste)
8. A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar.	Flávio Natal-Neto/ Geovani Macedo/ Pedro Bicalho	2016	São Paulo-SP (Sudeste)
9. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar.	Isaias Oliveira Júnior/ Eliane Maio	2016	Salvador (Nordeste)



10. “Trans-crição” para a visibilidade: história oral de experiências escolares de uma travesti.	Clara Ercoles	2017	Paraná-PR (Sul)
11. Nome social de estudantes travestis e transexuais: caminhos para uma pedagogia trans-formadora.	Kary Falcão	2017	Porto Velho-RO (Norte)
12. Sobre vulnerabilidade escolar de estudantes trans.	Fernando Silva/ Eliane Rose Maio	2017	Rio Grande-RS (Sul)
13. História, religião e gênero: uma experiência trans no Ensino Médio no Vale do Taquari.	Jandiro Koch/ Márcia Volkmer	2017	Lajeado-RS (Sul)
14. Pesquisas em educação sobre travestis nas escolas.	Fernando Silva	2017	Natal-RN (Nordeste)
15. Discursos entre perspectivas e resistências em relação às estudantes travestis nas escolas.	Fernando Silva/ Eliane Maio	2017	Presidente Prudente-SP (Sudeste)
16. O fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos trabalhos apresentados no Gt-23 da Anped, no período de 2005 a 2015.	Tatiane Lima/ Constantina Xavier Filha	2017	Campo Grande-MS (Centro-Oeste)
17. Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação	Giseli Passos/ Lindamir Casagrande	2018	Curitiba-PR (Sul)

Fonte: Elaboração própria (2021)

2 Revisão de literatura

Na descrição de tipos de pesquisa bibliográfica, Edna Rother (2007) apresenta duas formas de “artigos de revisão”. A primeira, revisão sistemática, caracteriza-se por apresentar uma questão específica e fontes e estratégias de busca de dados explícitas, estabelecendo, muitas vezes, a relação entre abordagens quantitativas e qualitativas. Já a revisão narrativa, segunda forma, tem por objeto de estudo uma questão ampliada e não especifica as fontes e estratégias de busca de dados; é baseada, principalmente, em abordagens qualitativas de investigação.

Dos oito estudos de revisão encontrados, sete integram o Grupo 2, sendo que quatro foram identificadas como revisão sistematizada e três como revisão narrativa. Do Grupo 3, um estudo se configura como revisão narrativa.

Iniciando pelos estudos do Grupo 2, Amaral et al. (2014) definem sua pesquisa como uma revisão sistemática de literatura e apresentam o panorama das publicações científicas brasileiras produzidas sobre travestis entre 2001 e 2010. A busca pelos textos se deu nas bases BVS-Psi, SciELO e Domínio Público e no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), todas em suas versões em português.

As autoras chegaram ao resultado de 92 trabalhos contendo os vocábulos “travesti”, “travestilidade” e “travestismo” e seus plurais e combinações. Na perspectiva da escolaridade, são apresentadas a dissertação de Alessandra Bohm (2009), que lança luz sobre as dificuldades de travestis para se manterem na escola, e a pesquisa de Neil Franco (2009) acerca da



constituição identitária de professores gays, travestis e lésbicas. Isso demonstra que grande parte das pesquisas sobre as travestilidades ainda se encontra envolta em discursos acerca da prostituição, da marginalização e do HIV. Porém, destacam-se alguns trabalhos que têm como foco central a busca pela despatologização das identidades e pela descriminalização de suas existências.

Voltados especificamente para a área da Educação, Franco e Cicillini (2016) empreenderam um levantamento sistematizado e a análise da produção científica na área de gênero e sexualidade, tendo como foco travestis, transexuais e transgêneros e com recorte temporal entre 2008 e 2014. Encontraram e analisaram 20 publicações sobre pessoas trans e educação que tinham por temas, principalmente, os processos de patologização e marginalização das pessoas trans e as suas dificuldades em usar o nome social e frequentar banheiros, questões que as excluía do ambiente escolar. Os autores ressaltam, ainda, a necessidade de maiores investigações acerca das transmasculinidades no contexto escolar/acadêmico, fato também apontado pela revisão narrativa realizada por Natal-Neto, Macedo e Bicalho (2016), que buscaram refletir sobre os processos de criminalização das identidades trans na escola e concluíram que as leis sociais são transgredidas com base em discursos institucionalizados e socialmente estabelecidos. Os processos de patologização das identidades trans também constam neste trabalho.

No mesmo sentido, por meio de uma revisão narrativa de literatura baseada nos estudos culturais, Fernando Silva e Eliane Maio (2017) fizeram reflexões acerca da diversidade de maneiras de se compreender e se expressar como pessoa trans na escola, numa tentativa de promover acessos pedagógicos e formativos que pudessem ampliar o reconhecimento da diferença, com base nas identidades de gêneros. Mais especificamente, essa revisão narrativa pretendeu evidenciar como as pesquisas denunciam os riscos a que estão expostas as mulheres trans nas escolas.

No mesmo viés, Fernando da Silva (2016) expõe a urgência do debate sobre transfobia nas instituições de ensino ao apresentar um balanço sobre pesquisas com foco nas travestis na escola, em um recorte temporal de 2008 a 2014. Foram encontrados 12 trabalhos – nove dissertações e três teses. Silva (2016) enfatizou um aumento de produções científicas em 2014.

Tatiane Lima e Constantina Xavier Filha (2017) apresentam os resultados de uma revisão sistemática que evidenciou o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis no Grupo de Trabalho de Gênero, Sexualidade e Educação (GT) 23, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), entre 2005 e 2015. As autoras encontraram três



textos que demonstravam processos de abjeção e violência por parte das instituições, ocasionando o fracasso escolar, a evasão e o abandono dos estudos pelas estudantes.

Com base na arqueologia do saber proposta por Michel Foucault, Giseli Passos e Lindamir Casagrande (2018) refletem, em uma revisão narrativa, acerca da supressão de homens trans no mercado de trabalho e na escola devido a processos de transfobia. Como conclusão, as autoras propõem uma ponderação no que se refere à presença transmasculina nas escolas, buscando ampliar as discussões acerca da ciência, tecnologia e sociedade, uma vez que o gênero é compreendido como uma produção que se dá por meio dessas três instâncias.

Integrando o Grupo 3 – Textos completos publicados em anais de eventos, Fernando Silva e Eliane Maio (2017a) produziram uma revisão narrativa sobre o lugar das pessoas trans na escola para compreender as negociações que elas empreendem com relação às normas e ao que é compreendido como normal. O referencial teórico de Silva e Maio está ancorado em autoras(es) que empreendem estudos de gênero e sexualidade relacionados à educação. Os autores afirmam a existência de um apagamento das subjetividades por parte da escola, que tenta, a todo custo, manter a heteronormatividade, situando esses sujeitos em um entre-lugar.

A instabilidade criada pela presença de pessoas trans na escola é um fato analisado em todos os trabalhos descritos. Além disso, apontam-se os empreendimentos da escola no sentido de manter a norma heterossexual no ambiente de ensino.

Como especificidades marcantes em cada trabalho analisado, destacam-se: o levantamento de Lima e Xavier Filha (2017), por pesquisarem, especificamente, acerca do fracasso escolar de pessoas trans; os apontamentos de Silva (2016), que revelam um aumento de estudos sobre essa temática em 2014; a falta de estudos acerca das transmasculinidades indicada por Franco e Cicillini (2016) e por Natal-Neto e Bicalho (2016); a pesquisa de Passos e Casagrande (2018), por se dedicarem, especificamente, à presença de homens trans na escola. Ademais de tais particularidades, um dos principais pontos de encontro desses estudos é o fato de que a transfobia, compreendida como preconceito e/ou discriminação sofridos pelas pessoas transgênero, de forma geral (JESUS, 2012), é um fenômeno recorrente no contexto escolar.

Descritos e discutidos os estudos de revisão de literatura, prossegue-se com a apresentação dos demais estudos de caráter bibliográfico, documental e/ou empírico encontrados. Os trabalhos seguem a mesma configuração/organização anunciada na introdução deste texto.

É importante demarcar, de acordo com os trabalhos encontrados, a existência de um maior número de publicações nas categorias “artigos e capítulos” e “textos completos em anais



de eventos”. Comparado ao estudo de Franco e Cicillini (2016), o número de publicações em artigos e capítulos e em anais de eventos duplicou e triplicou, respectivamente, em cada grupo.

Por outro lado, considerando que o recorte temporal das pesquisas de Franco e Cicillini (2016) e Silva (2016) foi 2008-2014, em ambos os trabalhos foram identificados 17 estudos na forma de dissertação e tese e, dessas, menção a cinco. Dessa maneira, a comparação entre esses dois estudos demonstra uma redução de publicações nessa modalidade, levando em consideração, é claro, as limitações de busca inerentes a qualquer investigação.

Prosseguiremos com as reflexões acerca dos trabalhos encontrados, apontando, nas 33 publicações que nos resta analisar, os objetivos, a metodologia utilizada, as principais reflexões teóricas e os resultados encontrados e sua correlação com outros trabalhos dentro do grupo e da categoria analisada. Franco e Cicillini (2016) propuseram em seu estudo um levantamento que não foca em somente uma forma de publicação, o que foi nosso norteador ao definirmos os grupos e categorias de descrição e análise.

2.1 Grupo 1: dissertações e teses – docências trans

Nessa categoria, foram encontrados quatro trabalhos que focavam na relação entre docência e pessoas trans. Fica evidente, considerando as análises anteriores e as seguintes, que serão explicitadas, que as(os) professoras(es) trans empreendem rotas de fuga quando diante das dificuldades em sua formação e percurso profissional com relação ao nome social, ao uso dos banheiros e à sua liberdade de expressão de gênero, tornando-se responsáveis por um rompimento com os essencialismos presentes no âmbito escolar.

Os resultados apresentados por Tiago dos Santos (2015) corroboram tal descrição feita. Ancorado na teoria queer, o autor teve como participantes em sua pesquisa aqueles(as) que estabeleceram vínculos diretos com uma professora transexual em uma escola pública estadual de Tubarão-SC, em 2012. Os dados foram construídos por meio de entrevistas individuais e de Grupos de Discussão dentro de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Tiago Santos (2015) relata o Ensino Superior como uma instituição em que o preconceito aparece mais fortemente e, assim como em Franco (2014), aponta que as aulas de Educação Física emergem como empecilho nas vivências escolares de pessoas trans.

Lucivando Martins (2016, p. 20) analisou, com o método da sociopoética, a trajetória de educadoras de um grupo – que faz parte do Movimento Social Organizado – denominado TRANS FORMAÇÃO e vinculado ao Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais (GPTRANS), tendo como pergunta norteadora de pesquisa: “O que pensam as educadoras trans do projeto TRANS FORMAÇÃO sobre suas experiências educativas?”. (MARTINS, 2016,



p. 20) Como método de pesquisa, foi proposto a produção de “confetos” – conceito + afeto –, oficinas e relatos.

Assim como Franco (2014) e Tiago Santos (2015), o pesquisador relata processos de patologização das pessoas trans que se dão devido a políticas soberanas e de disciplinamento sobre todas(os) que desviam da norma cisheterossexual socialmente imposta. Segundo Martins (2016), a mudança nas homogeneizações empreendidas pela escola deve se dar a partir de um alargamento no entendimento de “sujeito da educação” e uma pedagogia “profana” que compreenda as vivências trans como novas formas de pensar a educação.

Também pensando os processos educativos dos “dissidentes de gênero”, com base na cartografia, Dayana Santos (2017) entrevistou seis professoras trans, quatro transexuais e duas travestis e realizou uma intervenção com um grupo de lideranças representativas do movimento social de travestis e transexuais do Brasil. Ademais, fez uma entrevista com Keila Simpson, militante precursora do movimento trans brasileiro. O segundo momento da cartografia se deu em um encontro regional de travestis e transexuais, em Curitiba, em que foi feito um momento único de discussão sobre o tema. Assim como Tiago Santos (2015), a pesquisadora identificou a existência de uma hierarquização e disciplinamento dos corpos trans.

No último trabalho dessa seção, Sandro Santos (2018) discutiu as experiências de pessoas trans no campo do ensino de Biologia. Assim como a de Dayana Santos (2017), a metodologia adotada pelo autor foi a cartografia e seu grupo de participantes entrevistadas foi formado por quatro professoras de Biologia, sendo duas cisgênero, da rede pública estadual de Ituiutaba (MG) e duas professoras trans, uma da cidade de Catalão (GO) e outra que, no momento da pesquisa, residia em Maringá (PR), e uma aluna trans da cidade de Ituiutaba (MG). No contexto do Ensino Superior, as(os) participantes foram quatro professores(as) e uma aluna trans.

O autor apresentou reflexões sobre questões relacionadas às experiências de pessoas trans no espaço escolar e, em específico, no ensino de Biologia. O estudo aponta que os livros e as aulas de Biologia silenciam absolutamente os(as) alunos(as) a respeito da existência de corpos trans, relatando apenas a intersexualidade, entendida como uma má formação dos órgãos genitais e, portanto, algo patológico. Santos (2018) relata que o silenciamento sobre questões de gênero e sexualidade nas aulas e no ensino de Biologia faz com que os(as) alunos(as) trans não se sintam à vontade nessas aulas, evidenciando a necessidade de mudança nos currículos e livros e nas práticas pedagógicas.

2.2 Experiências discentes



Sobre vivências discentes, foram encontrados cinco trabalhos. A pesquisa de Daniela Barros (2014), de abordagem qualitativa e influenciada, sobretudo, pelo pós-estruturalismo e pela teoria queer, teve por objetivo compreender as experiências de travestis no espaço escolar do município de Cabo de Santo Agostinho (PE). A autora aplicou questionários sociodemográficos e realizou oficinas com sete travestis, além de ter empreendido uma análise das políticas públicas voltadas às problemáticas de gênero, sexualidade e educação. Os relatos produzidos apontaram melhorias nas condições de permanência em algumas escolas; porém, o uso do nome social e do banheiro se apresentaram como fatores que ainda evidenciam preconceitos e incongruências.

No segundo trabalho encontrado, Ana Vieira (2015) objetivou:

[...] potencializar, com a articulação entre teorias e narrativas de experiências de *trânsito* entre os gêneros vivenciadas nas escolas, pensamentos que provoquem deslocamentos e desestabilizações nas bases dominantes dos discursos e práticas que dizem respeito às normas de gênero, à regulação da sexualidade e à educação. (VIEIRA, 2015, p. 17)

Ancorada nas teorias pós-críticas e teoria e pedagogia queer, a metodologia escolhida por Vieira foi a pesquisa nos/dos/com os cotidianos e a produção de dados foi feita por meio de conversas com oito mulheres trans que foram realizadas pelo Facebook, WhatsApp e pessoalmente. As falas das participantes evidenciaram processos de discriminação e violência, homofobia e questões sobre performances de gênero e identidades.

Esses temas também foram abordados por Fabrício Lopes (2017) por meio da articulação teórica dos direitos humanos e sua relação com as questões de gênero e sexualidade, bem como as relações entre teoria queer, educação e psicologia, em uma pesquisa qualitativa com cinco mulheres trans residentes de Porto Velho (RO) que estavam ou estiveram em diversas etapas de escolarização. As entrevistas demonstraram diferentes vivências escolares e destacou processos de exclusão, bem como relatos de valorização do conhecimento como possibilidade de ascendência e de pertencimento social, principalmente no Ensino Superior.

Na mesma perspectiva teórica de Vieira (2015), Adriana Santos (2017) analisou o processo de formação e permanência de cinco mulheres e dois homens trans na Universidade Federal de Sergipe (UFS), elucidando questões sobre sua percepção acerca instituição de ensino, o processo de formação e o cotidiano em sala de aula, bem como as reproduções de normas de gênero na academia.

Como resultados, Adriana Santos (2017) relata o espaço universitário como local de busca por informações sobre questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero e à afirmação da identidade trans. Porém, a autora destaca as dificuldades que essas pessoas passam



no cotidiano da instituição. Evidencia-se, ainda, a presença de ações do movimento social organizado no espaço da universidade como formas de resistência e disseminação de informações.

Por fim, a tese de Adriana Sales (2018), assim como a dissertação de Barros (2014), tem seu ponto central nas travestilidades, destacando as corporalidades travestis, suas expressões de gêneros e as causas políticas do movimento social organizado. Não diferente de Dayana Santos (2017) e Santos (2018), a pesquisadora utilizou como método a cartografia, baseando-se em posicionamentos feministas e queer para refletir sobre os dados produzidos por meio de entrevistas com 13 lideranças do movimento organizado de travestis nas cinco regiões brasileiras, sendo ela mesma uma das participantes.

Para além das entrevistas, foram analisados documentos e narrativas sobre a história do movimento organizado de travestis no Brasil, estratégia também utilizada por Franco (2014) e Marco Torres (2012) ao analisarem as trajetórias de professoras trans.

Como resultado da cartografia, Sales (2018), assim como os (as) outros(as) pesquisadores(as) citados(as), indica a importância de repensar e refazer a educação formal e os currículos com relação às diversidades humanas, tomando por base uma pedagogia voltada para os diversos processos de vida que podem estar presentes na escola.

2.3 Nome social

Tendo como eixo central o nome social, foram encontrados três trabalhos no grupo “Experiências Discentes”. Por meio da análise de fontes documentais e bibliográficas, Igor Monteiro (2015) e Cláudio Aves (2016) refletiram acerca das disposições em torno do uso do nome social na educação, bem como dos instrumentos legais e dos sujeitos a que faziam referência em Belo Horizonte. Foram analisadas a Resolução CME/BH nº 002/2008 e o Parecer CME/BH nº 052/2008, do Conselho Municipal de Educação (CME).

Os dois estudos evidenciam que os documentos citados foram arrojados, do ponto de vista político, e importantes para o campo da Educação por interrogarem acerca dos processos de acesso e permanência estudantil na escola, independentemente do sexo, da identidade de gênero e da orientação sexual. Entretanto, foram encontrados nesses documentos inconsistências textuais e falhas na divulgação do marco legal nas escolas e na orientação aos/às profissionais sobre a importância do uso do nome social do(a) estudante.

No trabalho de Alves (2016), além da pesquisa documental, foi feita a análise qualitativa de trechos de entrevistas com duas alunas trans – uma travesti e uma transexual – sobre questões referentes aos seus nomes sociais e às suas vivências escolares, bem como com funcionárias(os)



e professoras(es). As entrevistas evidenciaram processos de negativa com relação ao uso do nome social justificados por questões religiosas ou, ainda, porque a normativa era exclusiva para os documentos escolares.

O uso do banheiro também foi um ponto de reflexão no trabalho citado, que relata uma “ingenuidade” nos argumentos presentes nos textos e um abismo entre a normativa legal e a prática cotidiana. Em perspectiva semelhante, Monteiro (2015, p. 120) aponta que o processo de regulação do uso do nome social em Belo Horizonte foi uma “encenação de conflito democrático”. Sobre essas questões, destaca-se que, em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não havia decidido pela mudança oficial em todos os documentos via cartório, o que se deu apenas em 2018.

Finalizando essa seção, Crishna Correa (2017) acompanhou três mulheres e três homens que lutavam pelo uso do nome social na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com sua base teórica fundamentada em textos feministas e transfeministas, a autora sublinha que nas duas universidades pesquisadas eram veladas as práticas transfóbicas institucionalizadas por meio do uso de termos técnicos ou de exigências e burocracias pelas quais as(os) alunas(os) cis não passavam em seus processos de matrícula. Neste sentido, as resoluções do nome social eram desvalorizadas e menos fiscalizadas do que a lei civil, gerando uma cidadania precária e favorecendo práticas de violência simbólica e concreta.

Os três trabalhos apresentados exibem as dificuldades ainda enfrentadas pelas pessoas trans no que diz respeito ao direito de usar o nome social nas instituições de ensino, bem como demonstram a fragilidade das normativas que dispõem sobre o uso do nome social em contexto escolar e universitário, uma vez que, apesar de ser um direito conquistado, na prática, é negado ou permeado de práticas transfóbicas, por vezes veladas, advindas de professoras(es), funcionárias(os) e das instituições como um todo, aspecto amplamente debatido por Franco (2014).

O próximo tópico objetiva analisar a presença das mesmas categorias anteriormente retratadas em artigos publicados em revistas ou periódicos.

3 Grupo 2: artigos publicados em periódicos

Nesta categoria, foram encontrados 17 trabalhos. Sete deles foram descritos e analisados no início deste artigo, introduzindo o tema e as pesquisas encontradas por se tratarem de revisões de literatura. Deste modo, os dez trabalhos restantes – três integram a categoria “docências



trans”, seis “experiências discentes” e dois “nome social” – serão analisados a partir das mesmas categorias já descritas.

3.1 Docências trans

Nesta categoria, foram encontrados três artigos, em que dois se sustentam nas vivências de professoras trans e um enfoca como a transexualidade é interpretada por professores(as) de Biologia.

Torres e Prado (2014) descrevem e analisam algumas vias que professoras transexuais e travestis fazem uso para demonstrar os processos de abjeção a que estão expostas, de forma que são tratadas como outsiders – à margem, sem lugar – no ambiente escolar, obrigadas a vivenciar processos de homofobia baseados em padrões heterossexuais.

Os autores citados utilizaram recortes de entrevistas resultantes de uma pesquisa realizada entre 2008 e 2012, em correlação com autoras(es) do campo das teorias pós-críticas.

Em consonância com Torres e Prado (2014), Koch e Volkmer (2017) assinalam que a presença de docentes trans no ambiente escolar amplia as probabilidades de debate sobre as diferenças de gênero e sexualidade. O autor e a autora apresentam uma narrativa de vivência de uma professora transgênero atuante no primeiro ano do Ensino Médio no Vale do Taquari e uma proposta educativa para trabalhar “diversidade LGBTQIA+” a partir do currículo oficial. Trata-se de relatos referentes ao estágio como parte do percurso acadêmico da professora em questão.

Por outro viés, Naomi Santana, Alexandre Polizel e Eliane Maio (2016) destacaram as representações das(os) professoras(es) de Biologia acerca da transexualidade, utilizando-se de questionários e entrevistas com professoras(es) dessa área que não se identificam como pessoas trans.

Os dados produzidos demonstram que as(os) docentes não compreendiam os regimes de verdade que constituem a norma binária e arbitrária que recai sobre a construção identitária de pessoas trans. Essa não compreensão dessas(es) professoras(es) corroborava, muitas vezes, a invisibilização das pessoas trans. Além disso, muitos(as) apreendiam a identidade trans como um desvio de norma, o que denota algumas insuficiências na formação inicial e continuada dessas(es) profissionais.

3.2 Experiências discentes

Cinco trabalhos constam nesta categoria. O primeiro deles, uma pesquisa qualitativa, descritiva e aplicada, de Silva, Bezerra e Queiroz (2015), teve a participação de cinco integrantes



da Associação das Travestis e Transexuais de Alagoas (Asttal). De base teórica queer, o estudo buscou apreender como as identidades de gênero impactam a sociabilidade de travestis e transexuais. As narrativas produzidas indicam que, embora a escola se apresente como um espaço de potencial positivo para o desenvolvimento cognitivo e a consolidação de aprendizagens na vida das pessoas em geral, tal instituição ainda é agente de exclusão de pessoas trans e travestis.

No mesmo passo, Nery e Gaspodini (2015) produzem uma pesquisa bibliográfica acerca da exclusão de pessoas trans no ambiente escolar pautada em padrões socialmente impostos como “naturais”. A falta de garantias legais para o uso do banheiro e os empecilhos no uso do nome social são salientados em tal pesquisa. Contudo, os autores apresentam evidências de enfrentamento da homotransfobia na escola, como o Projeto de Lei (PL) de Identidade de Gênero nº 5002/2013 – Lei João W. Nery –, “[...] que prevê a alteração de prenome e gênero sem a necessidade de cirurgia, hormonização ou processo judicial e, que despatologiza as transidentidades” (NERY; GASPODINI, 2015, p. 72). O PL está atualmente arquivado com base no artigo 105 do regimento da Câmara dos Deputados.

Em uma pesquisa acerca do olhar dos profissionais envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem sobre as vivências trans, com base nos estudos culturais, Isaias Oliveira Júnior e Eliane Maio (2016) analisaram narrativas obtidas em entrevistas semiestruturadas com 12 diretores(as) escolares, 12 pedagogas e 13 docentes de Biologia de escolas da rede pública de Ensino Médio de 13 municípios do Estado do Paraná. Além de questões já evidenciadas, como o uso do banheiro e do nome social, a pesquisa revelou processos de evasão dos(as) alunos(as) trans. Tais processos se constituem a partir da omissão e/ou preconceito presente nas escolas, que, ao fim e ao cabo, tornam-se um mecanismo velado de expulsão. Este dado corrobora os estudos já apresentados por Bento (2008). Em consonância com Silva, Bezerra e Queiroz (2015) e Nery e Gaspodini (2015), Oliveira Júnior e Maio (2016) apontam que as ações interdisciplinares e estratégias pedagógicas que promovem a cultura do respeito ainda não se apresentam de forma abrangente nas escolas.

Numa perspectiva pós-crítica, Clara Ercoles (2016) tratou das questões relacionadas ao recebimento e tratamento de pessoas trans pelas instituições de ensino. A autora da pesquisa ouviu uma mulher travesti que cursava o Ensino Superior cujos relatos dissonam da maioria daqueles encontrados nas pesquisas anteriormente citadas, uma vez que a entrevistada não faz referência a processos de transfobia e abjeção no Ensino Superior, apenas no Ensino Médio, quando se identificava como homem gay.



Seguindo o caminho da maioria dos estudos dessa categoria, Ercoles (2016) afirma a necessidade de mudanças no espaço escolar e relata o caráter específico e individual da entrevistada, que ocupa um espaço que as travestis não costumam acessar, além de não afirmar processos de exclusão naquele local.

A resignificação da escola é proposta também por Fernando Silva e Eliane Maio (2017a), que elucidam as vivências cotidianas de pessoas trans como atravessadas por discursos de ódio e práticas de violência, advindas especialmente das escolas e seus agentes.

O último trabalho desta categoria, de Fernando Silva e Eliane Maio (2017b), apresenta uma análise do discurso de uma estudante travesti em uma reportagem televisiva sobre a vivência de travestis na escola. A análise teve por base teórica o método arqueológico de Foucault. Por meio das falas da estudante entrevistada – coletadas pela equipe televisiva –, o autor e a autora levantam questões recorrentes como o uso do banheiro, a lógica de exclusão das pessoas trans na escola, as técnicas de normatização dos corpos dissidentes de gênero e deslegitimação do corpo travesti, que geram mecanismos de invisibilidade, conforme já enunciado por Junqueira (2009), Franco (2014), entre outras(os).

Considerando a escola como um local de disputas, bem como de produção e reprodução de processos de normalização, todos os estudos descritos nesta categoria anunciam a falta de ações que objetivam reconhecer as identidades de gênero trans, especialmente as travestis.

3.3 O nome social

Com foco nas questões relacionadas ao uso do nome social, dois trabalhos constam neste grupo. O primeiro, de França, Nogueira e Araújo (2016), é uma pesquisa bibliográfica e documental ancorada em referenciais pós-críticos. Tal pesquisa analisa a adoção do nome social pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2014, após denúncias de constrangimento por pessoas trans que realizaram o exame anteriormente. As autoras apontam como conquista dos candidatos, após as repercussões relacionadas ao Enem em edições anteriores, o direito de terem o nome social respeitado na prova a partir de 2014, além do uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero.

Ancorada na teoria queer, Kary Falcão (2017) relata o uso do nome social como uma garantia de direitos e prevenção de bullying à população LGBTQIA+ nas escolas, especificamente no estado de Rondônia, cujas escolas receberam recomendação do Ministério Público para o uso do nome social.

A pesquisa contou com entrevistas com a equipe gestora e pedagógica de três escolas e com seis estudantes trans matriculadas nessas instituições. As considerações acerca dos dados



produzidos apontam para a existência de situações de desrespeito e constrangimento causadas pelo não uso do nome social por professoras(es). Ressalta-se, ainda, a falta de políticas que reconheçam as diversas identidades e busquem garantir os direitos de pessoas trans.

É necessário destacar o nome social como uma questão de centralidade em muitos trabalhos acerca das identidades trans, conforme pode ser constatado por meio da análise das pesquisas aqui elencadas. O fato de o nome social figurar como tema central em tantos trabalhos aponta indícios de que, apesar da última decisão do STF (BRASIL, 2018) sobre o nome social como direito de qualquer pessoa trans brasileira, a realidade ainda é de negação de direitos e exclusão social, uma vez que as situações em que o nome social deixa de ser respeitado deslegitimam o direito que as pessoas trans têm, assim como qualquer pessoa humana, a uma vida digna, uma vez que não as permitem viver de acordo com seu gênero de identificação.

4 Grupo 3: textos completos publicados em anais de eventos

Neste grupo, foram encontrados 12 trabalhos, sendo dez publicações na categoria “experiências discentes” e dois em “nome social”. Na categoria “experiências discentes”, um dos textos, de Silva e Maio (2017a), foi analisado na seção “Revisão de Literatura” deste estudo, uma vez que apresenta características de revisão narrativa. As outras nove publicações serão analisadas a seguir.

4.1 Experiências discentes

Das dez publicações que integram esta categoria, nove têm por foco experiências escolares de pessoas trans da Educação Básica ao Ensino Superior. O décimo estudo, por sua vez, enfatiza as representações de professoras da Educação Infantil sobre transgeneridade na infância. Seguem, desse modo, as análises dos nove trabalhos:

A pesquisa realizada por Rodrigo Casteleira e Eliane Maio (2015) aborda, sob uma perspectiva multiculturalista, a magnitude das memórias de alunas trans no sentido de compreender a formação identitária dessas pessoas, observadas em sua relação com a escola e com o corpo docente. Ocorre, entretanto, que o texto referido não apresenta relatos de memórias de nenhuma pessoa trans, apenas evidencia a necessidade de ouvi-las, uma vez que, segundo o autor e a autora, não há relatos ou levantamento das pessoas trans no espaço educacional do Paraná, especificamente em Maringá.

O estudo passa a se debruçar, então, sobre a análise da Orientação Pedagógica nº 001/2010, que regulamenta o uso do nome social por pessoas trans nos estabelecimentos de ensino da rede pública paranaense. As reflexões levantadas indicam que as



identidades trans presentes nos espaços escolares provocam (des)construções dos discursos e do controle escolar.

Também empenhada na análise de normativas que regulam a presença de pessoas trans na escola, Dayana Santos (2015) analisou a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, que: “Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diversos espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino” (BRASIL, 2015). A Resolução normatiza, assim, aspectos como o uso do nome social e do banheiro de acordo com a identidade de gênero da(o) usuária(o). A autora elaborou suas reflexões a partir de conceitos foucaultianos e estudos transfeministas.

A questão do banheiro é aqui expressa como impeditiva às vivências escolares de pessoas trans. No caso da pesquisa em questão, Dayana Santos relata, como fruto da resolução em questão, um tensionamento das redes de poder, de saber e de regimes de verdade (FOUCAULT, 2010).

Também analisando a Resolução nº12/2015, a pesquisa de base materialista, histórica e dialética empreendida por Luan Cardoso (2016) teve como foco a inclusão de alunas(os) transexuais nas escolas do município de Francisco Beltrão (PR). Participaram da pesquisa uma pessoa transexual, um agente da equipe da nova comissão da diversidade sexual e de gênero da Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (OAB-PR) e uma professora da rede regular de Ensino Fundamental. As(os) participantes foram questionadas(os) acerca do nome social, uso do banheiro, reconhecimento de direitos, entre outros temas.

Algumas observações teóricas acerca do texto de Cardoso evidenciam as fragilidades e os princípios essencialistas da sua escrita. O estudo refere-se a pessoas transexuais por meio de artigos e pronomes masculinos, ocasionando um apagamento e/ou desmerecimento do gênero feminino e, portanto, de mulheres trans. Além disso, ao referir-se à pessoa entrevistada, utiliza os dois artigos, como no trecho: “sobre a opinião dela (e) [...]” (CARDOSO, 2016, p. 9), não deixando claro se a entrevista foi feita com uma mulher ou um homem trans.

Outros aspectos merecem a nossa atenção, por exemplo, a correlação entre a transexualidade e a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, o que é considerado, hoje, uma visão vetusta acerca dos aspectos históricos, sociais e culturais da transexualidade, uma vez que a cirurgia é compreendida como uma inclinação pessoal de cada sujeito. (BENTO, 2006, 2008; FRANCO, 2014).

Partindo de uma análise quanto ao caráter discursivo do dispositivo de gênero baseado em Butler (2003) e de entrevistas com seis mulheres e dois homens transexuais e uma travesti,



Santos Sobrinho e Abramowicz (2016) se debruçaram sobre as infâncias trans e a escola, relatada como um espaço de promoção de exclusão de pessoas LGBTQIA+. A pesquisa aponta que cerca de 73% das pessoas LGBTQI+ evadem da escola, utilizando dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), o que estaria diretamente relacionado aos processos de exclusão e preconceito sofridos na escola.

Apoiados na teoria queer, João Oliveira e Tauane Porto (2016) confirmam o pensamento expresso por Santos Sobrinho e Abramowicz (2016) sobre a exclusão escolar de pessoas transexuais e travestis. O autor e a autora analisaram as falas de ativistas trans em palestras e entrevistas e apontaram variadas formas de violência vivenciadas pelas pessoas consideradas “transgressoras” do sistema binário de gênero.

No mesmo entendimento, Waldyr Barcellos Júnior (2016) indica a dificuldade das pessoas trans em permanecerem na escola em sua investigação sobre exclusão e o fracasso escolar de travestis de Santo Antônio de Pádua (RJ). O autor aponta que “[...] a escola ainda é um espaço que não permite descumprimento das regras ligadas às expressões da identidade”. (BARCELLOS JÚNIOR, 2016, p. 6) Porém, antagonicamente ao intuito de seu estudo, Barcellos Júnior anuncia não ter colhido informações com as travestis, alegando que elas apresentam um limitado nível de argumentação, o que não nos permitiu maiores aprofundamentos com relação ao seu trabalho.

Outro trabalho que reconhece o apagamento das minorias e das diferenças identitárias por parte da escola foi realizado por Alexandre Polizel e Fabiana Carvalho (2017). Baseados em Foucault, o autor e a autora registraram narrativas de duas jovens travestis graduadas em universidades públicas do Paraná, realçando o fato de as travestis não serem contempladas nos currículos durante suas trajetórias nos espaços de ensino. O autor e a autora relatam, ainda, a importância: do uso do nome social e da acessibilidade dessas pessoas a espaços como banheiro e contextos de socialização com outros gêneros; do papel da família, dos(as) professores(as) e colegas; da constituição de si no (per)curso de formação; do acesso a possíveis rotas de fuga.

Ao descreverem as universidades e sua relação com alunas(os) trans, Adelaine Santos e Márcio Ornat (2017) descrevem as instituições de Ensino Superior como espaços de difícil acesso para as pessoas que divergem da norma social baseada na tríade heteronormativa sexo-gênero-sexualidade. A partir de entrevistas realizadas com travestis, homens trans e mulheres trans, cujo número não é anunciado, a autora e o autor apontam a interdição de pessoas trans no espaço universitário como consequência da evasão escolar ainda na Educação Básica.

Gabriel Villaça e Mônica Ribeiro (2014) buscaram compreender e anunciar as representações das(os) professoras(es) sobre a identidade e os marcadores sociais de gênero.



Teoricamente sustentada no socioconstrutivismo, a pesquisa foi realizada com base nas entrevistas feitas com professoras(es) de Educação Infantil e na observação de crianças de 4 a 6 anos alunas(os) dessas profissionais, de modo a investigar a transexualidade infantil e suas possíveis origens na construção da personalidade da criança. Como resultado, os autores demonstraram a falta de conhecimento das(dos) profissionais da educação sobre questões de gênero na escola e afirmaram a inviabilidade de afirmar, desde o início do ciclo vital, a transexualidade na criança, o que não exclui os questionamentos trazidos pela pesquisa a respeito de sua identidade de gênero.

Assim como relatado sobre as transmasculinidades, é importante apontar a carência de estudos sobre infâncias trans. Este levantamento é uma das possibilidades de chegar à tal conclusão, uma vez que apenas dois de todos os estudos aqui discutidos abordam a transexualidade infantil e, ainda assim, o fazem por meio de revisões narrativas de literatura. Este resultado identifica uma área sensível a ser estudada e pesquisada mais profundamente.

É possível que essa falta de pesquisas seja justificada pelos tabus que envolvem a infância e, principalmente, ao senso comum, que relaciona a infância e a criança à pureza e à inocência, como relata Oliveira (2016).

4.2 Nome social

Nesta categoria, foram identificados dois trabalhos: Silva e Alves (2014); Martins e Angelin (2017). Pautados em estudos pós-críticos, Guilherme Silva e Claudio Alves (2014) mapearam as normativas brasileiras que legalizam o uso do nome social por estudantes travestis e transexuais no campo da educação. Realizaram, também, observações em seminários, ciclos de debate e rodas de conversa realizadas no primeiro semestre de 2014 e promovidas pelo movimento social LGBT, pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como conclusão, os autores evidenciaram a importância do uso do nome social como forma de reconhecimento da identidade da pessoa trans e apontaram a existência de falhas e lacunas nas normativas; portanto, “[...] o uso legal do nome social no Brasil ainda possui muitos desafios, não promovendo uma verdadeira inclusão”. (SILVA; ALVES, 2014, p. 10)

No mesmo sentido, Paulo Martins e Rosângela Angelin (2017) utilizaram como método o procedimento sócio-analítico e a abordagem dedutiva, a partir de levantamento bibliográfico e documental, para abordar o processo de expressão e significado dos corpos e das identidades trans. Analisaram, também, as normas que garantem o uso do nome social em diversos



ambientes com enfoque nas repercussões no ambiente escolar. Os autores concluíram demonstrando a existência de diversos entraves ao exercício pelas pessoas trans dos seus direitos, principalmente quando a questão é o uso do nome social. Em consenso com Silva e Alves (2014) e Monteiro (2015), Martins e Angelin (2017) relataram a falta de investimentos em legislações e políticas públicas que possibilitem a inclusão das pessoas trans na escola e na sociedade.

5 Considerações finais

Ao propormos uma revisão sistemática da literatura que enfocasse as relações estabelecidas entre pessoas trans e educação durante o período 2014-2018, destacamos, comparando estudos dessa natureza realizados anteriormente, várias proximidades e algumas ampliações das possibilidades de investigação neste campo.

Conforme apresentado, dos 41 trabalhos encontrados, 26 são de base empírica e 15 foram caracterizados como estudos bibliográficos e/ou documentais – destes, sete são revisões de literatura. Constatou-se, ainda, que investimentos no campo de revisões de literatura assumiram certa representação a partir de 2014.

Confirmando os dados apresentados pelas revisões de literatura descritas neste estudo, observa-se a recorrência da prevalência de estudos realizados na região sul – 16 estudos –, seguida pela região Sudeste, com 14 trabalhos, Nordeste, com oito, Norte, com dois, e Centro-Oeste, com apenas um trabalho. Tais dados reforçam os apontamentos descritos por Franco e Cicillini (2016) ao ressaltarem a prevalência de estudos sobre pessoas trans e educação nas regiões Sul e Sudeste, assim como a escassez de pesquisas nesta área nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Com relação à base teórica que dá sustentação às pesquisas, as teorias pós-críticas aparecem com maior frequência nos estudos abordados, que destacam com mais ênfase a influência dos estudos queer. Excluem-se disso a pesquisa de Cardoso (2016), baseada no materialismo histórico dialético, e a pesquisa de Oliveira Júnior e Maio (2016), que se ancora nos Estudos Culturais.

A abordagem qualitativa é predominante nos estudos, que se utilizam de várias fontes de construção de dados – bibliográficas, documentais e empíricas. Para as fontes empíricas, a entrevista foi o instrumento mais utilizado. Porém, ainda que dentro da perspectiva das teorias contemporâneas do conhecimento, Martins (2016) utilizou como metodologia a sociopoética.

A maioria das pesquisas empíricas citadas tiveram como participantes travestis e mulheres transexuais, o que evidencia a lacuna de estudos sobre transmasculinidades. Verificou-



se apenas três pesquisas – Santos Sobrinho e Abramowicz (2016), Correa (2017) e Adriana Santos (2017) – que anunciam sete homens trans como sujeitos e uma – Santos e Ornat (2017) – que cita, mas não apresenta o número de participantes masculinos.

Sobre a questão de homens trans, as ampliações das possibilidades de investigação neste campo parecem ressaltadas, ainda que tímidas, uma vez que no estudo de Franco e Cicillini (2016), dos 20 trabalhos analisados, apenas um destaca vivências de transexuais masculinos na escola com o envolvimento de um sujeito somente. Por outro lado, pesquisas com crianças trans como participantes não foram encontradas, demonstrando que há uma carência de estudos sobre o tema que, neste levantamento, esteve presente em dois trabalhos, ambos de base bibliográfica, conforme já explanado anteriormente.

Ressalta-se, ainda, um aumento de pesquisas que buscam analisar os percursos acadêmicos e vivências de gênero de pessoas trans no contexto universitário. Nesta mesma direção, destacou-se também uma maior relação entre o movimento social organizado e as pesquisas acadêmicas, principalmente no que toca às informações sobre aspectos legais e à luta por direitos.

O espaço acadêmico configuraria um terreno mais aberto a discussões políticas, no que se refere às dissidências de gênero e sexualidade? Por qual motivo? A partir da análise dos dados, sabemos de pequenas mudanças na maneira como as pessoas trans são recebidas e tratadas pelas instituições de Ensino Superior. Neste trajeto, os estudos de Lopes (2017), Ercoles (2016) e Adriana Santos (2017) levantam indícios, ainda que de menor incidência, de que o Ensino Superior pode estar avançando na busca pela equidade e respeito com relação às pessoas trans. As falas das(os) participantes desses estudos apontam para o Ensino Superior como um local de busca de informações a respeito das identidades trans e das questões de gênero e sexualidade, bem como um ambiente que oferece a perspectiva de melhores condições de vida no futuro. Talvez esse seja mais um questionamento que merece atenção em futuras pesquisas.

Referências

ALVES, C. E. R. *Um nome sui generis: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG*. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

AMARAL, M. S. et al. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014.



BARCELLOS JÚNIOR, W. O contexto escolar e o ser travesti do interior: políticas públicas, violência e resistências. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, 2., 2016, Vitória. *Anais* [...]. Vitória: Ufes, 2016. p. 1-11.

BARROS, D. T. *A experiência travesti na escola: entre nós e estratégias de resistências*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BENEDETTI, M. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOHM, A. M. *Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275*. 2018

CARDOSO, L. P. Inclusão de alunos transexuais nas escolas municipais. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., 2016, Guarulhos. *Anais* [...]. Guarulhos: Semesp, 2016. p. 1-11.

CASTELEIRA, R. P.; MAIO, E. R. Existem pessoas trans femininas na educação de jovens e adultos? In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 13., 2015, Maringá. *Anais* [...]. Maringá: UEM, 2015. p. 1-11.

CORREA, C. M. A. *Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ERCOLES, C. H. *“Trans-criação” para a visibilidade: história oral de experiências escolares de uma travesti*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal do Paraná, Itambé, 2016.

FALCÃO, K. J. Nome social de estudantes travestis e transexuais: caminhos para uma pedagogia trans-formadora. *Revista Igarapé*, Porto Velho, v. 5, n. 1, p. 218-241, 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANCO, N. *A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero*. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.



FRANCO, N. *Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 2, p. 122-137, 2016.

FRANÇA, R.; NOGUEIRA, S. N. B.; ARAÚJO, M. C. C. A importância do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. *Geoconexões*, Campina Grande, v. 2, p. 21-25, 2016.

JESUS, J. G. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Uneb, 2013. p. 1-14.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p.13-53.

KOCH, J. A.; VOLKMER, M. S. História, religião e gênero: uma experiência trans no ensino médio no Vale do Taquari. In: BUBLITZ, G. K. *et al.* (org.). *Travessias: experiências de estágio*. Lajeado: Univates, 2017. p. 39-43.

LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LIMA, T. S.; XAVIER FILHA, C. O fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos trabalhos apresentados no Gt-23 da Anped, no período de 2005 a 2015. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, v. 23, n. 46, p. 63-86, 2017.

LOPES, F. R. *Transgêneros: narrativas de escolarização na Amazônia*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

MARTINS, L. R. *Entre ocós, truques e atraques: a produção de confetes sobre as experiências de educadoras trans do projeto trans forma ação*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MARTINS, P. A. M.; ANGELIN, R. O uso do nome social no ambiente escolar como forma de inclusão e devido reconhecimento das pessoas trans. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: WW; Fazendo Gênero, 2017. p. 1-12.

MONTEIRO, I. R. L. *A exclusão democrática de travestis e transexuais na gestão educacional: um estudo das relações entre gênero, sexualidade e hierarquia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.



NATAL-NETO, F. O.; MACEDO, G. S.; BICALHO, P. P. G. A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar. *Psicologia: Ensino & Formação*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 78-86, 2016.

NERY, J. W.; GASPODINI, I. B. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, R. M. (org.). *Seminário internacional diversas diversidades: coletânea diversas diversidades*. Niterói: UFF, 2015. p. 61-80.

OLIVEIRA, I. F. A criança e a infância na escola: o que revelam os professores da rede municipal de Caruaru-PE. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 25, p. 687-706, 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B.; MAIO, E. R. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, 2016.

OLIVEIRA, J. F. Z. C.; PORTO, T. C. A transfobia e a negação de direitos sociais: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 4., 2016, São Leopoldo. *Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016. p.322-336

PARAÍSO, M. A. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004.

PASSOS, G. C.; CASAGRANDE, L. S. Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 11, n. 37, p. 60-72, 2018.

POLIZEL, A. L.; CARVALHO, F. A. Narrativas trans: memórias não tão distantes sobre a trajetória em espaços de ensino. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 7., 2017, Canoas. *Anais [...]*. Canoas: SBECE, 2017. p. 1-13.

ROTHER, E. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

SALES, A. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

SANTANA, N. N.; POLIZEL, A. L.; MAIO, E. R. As/os trans são vistas/os na escola? *Revista Ártemis*, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 6-16, 2016.

SANTOS, A. E. C.; ORNAT, M. J. Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior no sul do Brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: WW; Fazendo Gênero, 2017. p. 1-11.

SANTOS, A. L. *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017



SANTOS, D. B. C. *Corpos e subjetividades trans* na escola e nos movimentos sociais: a reinvenção das tentativas de captura por meio das normativas oficiais.* In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-17.

SANTOS, D. B. C. *Docências trans*:* entre a decência e a abjeção. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SANTOS, S. P. *Experiências de pessoas trans-ensino de biologia.* 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SANTOS SOBRINHO, P. R.; ABRAMOWICZ, A. Brincadeira que virou verdade: o resgate da infância transexual no contexto escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. *Anais [...]*. Natal: Conedu, 2016. p. 1-6.

SANTOS, T. Z. *Quando o “estranho” resolve se aproximar:* a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SILVA, F. G. O.; MAIO, E. R. Diálogos do entre-lugar das trans na escola. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 5., 2017, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: UEM, 2017a. p. 1-15.

SILVA, F. G. O.; MAIO, E. R. Discursos entre perspectivas e resistências em relação às estudantes travestis nas escolas. *Nuances: estudos sobre educação*, Presidente Prudente, v. 28, n. 1, p. 147-166, 2017b.

SILVA, F. G. O.; MAIO, E. R. Sobre vulnerabilidade escolar de estudantes trans. *Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 5, n. 1, p. 24-31, 2017c.

SILVA, F. G. O. Pesquisas em educação sobre travestis nas escolas. *Bagoas*, Natal, n. 15, p. 131-152, 2016.

SILVA, G. F.; ALVES, C. E. R. O uso legal do nome social na escola: retrato do território brasileiro. In: CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 1., 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-13.

SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015.

TORRES, M. A. *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola:* heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

TORRES, M. A.; PRADO, M. A. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, 2014.



VIEIRA, A. L. *Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VILLAÇA, G. R.; RIBEIRO, M. C. F. A transexualidade infantil nos bancos escolares: da punição para a interação. *In: CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO*, 1., 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1-15

